

Henriqueta Catházino

Elizete Passos

Henriqueta
Cathazino



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora
Dora Leal Rosa

Vice-reitor
Luiz Rogério Bastos Leal

Pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação
Marcelo Embiruçu



Editora da Universidade Federal da Bahia

Diretora
Flávia M. Garcia Rosa



Faculdade de Educação da UFBA

Direção
Celi Neuza Zulke Taffarel

Vice-direção
Prudente Pereira Neto

Coordenação da Pós-graduação
Jozé Albertino Carvalho Lordêlo

Vice-coordenação
Maria Cecília de Paula Silva

Coleção Educadoras Baianas

*Henriqueta
Cathazino
1886-1969*

Elizete Passos

EDUFBA - FACED
Salvador - Bahia
2010

©2010, by EDUFBA - FACED

O conteúdo deste livro é de inteira responsabilidade do Programa
de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFBA.

Revisão

Magel Castilho de Carvalho

Tania de Aragão Bezerra

Projeto gráfico: capa e miolo

Angela Dantas Garcia Rosa

Formatação

George Luís Cruz Silva

Rodrigo Caiobi Yamashita

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Passos, Elizete.

Henriqueta Catharino, 1886-1969 / Elizete Passos. - Salvador :
EDUFBA : FACED, 2010.

67 p. - (Coleção educadoras baianas)

ISBN 978-85-232-0726-7

1. Catharino, Henriqueta, 1886-1969. 2. Educadoras - Bahia -
Biografia. I. Título. II. Série.

CDD - 923.7

EDUFBA	FACED
Rua Barão de Jeremoabo, s/n	Programa de Pós-graduação
Campus de Ondina	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela
40170-115 - Ondina Salvador - BA	40110-100 - Salvador - BA
Tel/fax: (71) 3283 6164	Tels: (71) 3283 7262
www.edufba.ufba.br	faced@ufba.br
edufba@ufba.br	

Sumário

7 Apresentação

13 Perfil biográfico da educadora

14 Personalidade forte e benevolente

21 Morrer sem dar trabalho

25 Os objetivos que moveram a sua vida

26 Proposta de educação feminina e suas ramificações

29 Criação da Fundação Instituto Feminino da Bahia e seu
compromisso com a moral cristã

34 A fé como determinante da ação da educadora

39 O feminismo cristão praticado e ensinado no IFB

53 Importância da educadora e benemérita para a sociedade baiana

53 Pioneirismo e atuação social

58 Reconhecimento da sociedade

59 Reconhecimento das alunas

60 Reconhecimento do clero

67 Referências

A Coleção **Educadoras Baianas** compõe-se de 08 livros¹ destinados aos cursos de Pedagogia, Magistério Superior e demais cursos de formação de professores, bem como a pessoas que se interessem pela História da Educação e pelos estudos de gênero.

A escolha das educadoras que são estudadas em cada um deles: Amélia Rodrigues (1861-1926), Maria Luiza de Souza Alves (1862-1945), Guiomar Muniz Pereira (1895-1956), Anfrísia Santiago (1894-1970), Angelina de Assis (1915-1988), Irmã Querubina (1921), Candolina Rosa de Carvalho (1921-1973) e Leda Jesuíno (1924) se deu após a realização de uma pesquisa exploratória onde foram entrevistadas pessoas estudiosas da história da Bahia e da educação baiana, assim como levantamento e análise dos nomes de mulheres dados a escolas, bem como pesquisa em jornais da época.

A intenção era trabalhar com educadoras que se destacaram no cenário educacional, a ponto de serem lembradas e reverenciadas ainda hoje, pois nos interessava saber o que as tinha feito chegar a esse lugar de destaque numa sociedade em que o espaço público vem sendo destinado ao sexo masculino. Também procurávamos saber se elas eram provenientes de famílias de destaque social; se foram coerentes com os princípios, papéis e espaços concedidos ao sexo feminino ou se tiveram a “ousadia” e coragem de romper

com o estabelecido e escreverem sua história, mesmo que fosse em uma área tradicionalmente feminina, como a educacional. Outras categorias referentes à sua formação foram agregadas: que autores as influenciaram? O que produziram com o conhecimento adquirido? Que trajetória fizeram?

Os livros retratam a saga de cada uma delas, com suas circunstâncias, facilidades e entraves, por isso, possuem tamanhos que variam, apesar da nossa decisão ter sido por escrever textos sucintos, desde que não prejudicassem sua qualidade.

O trabalho é fruto de investigação cuidadosa e demorada em documentos, jornais, livros, resenhas e revistas; mas, principalmente da história oral. A ausência de qualquer tipo de trabalho sistematizado sobre muitas delas nos fez entrevistar dezenas de pessoas, entre ex-alunas, companheiras de trabalho, mães, pais, dentre outros depoentes.

O que não teria sido possível se não tivéssemos contado com uma equipe de auxiliares de pesquisa, estudantes dos cursos de Filosofia, História, Sociologia e Pedagogia²; com o apoio do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM); da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, através do PIBIC; assim como do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), com a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e de Produtividade em Pesquisa.

Em todos eles trabalhamos com a memória histórica e social, a partir da memória individual e coletiva. O que à primeira vista pode parecer de menor importância, entretanto, um exame acurado vai revelar seu significado e alcance. Não é à toa que Le Goff (1996, p. 426), afirma que:

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Compactuando com esta tese, inferimos que conhecer o ideal de mulheres/educadoras, a partir do seu corpo de saberes e dos seus valores morais, daquilo que foi revelado ou escondido na sua prática educativa, do que foi valorizado ou não pela sociedade, saber o porque elas foram destacadas e se estavam conscientes da relação entre os meios e os fins da sua ação educativa, é uma forma de desvelar sentidos, abordar valores e entender o contexto sócio-histórico.

A **Coleção Educadoras Baianas** fecha um ciclo de estudos que vimos realizando desde meados da década de 80 sobre a educação da mulher baiana, tendo como um dos objetivos recuperar a memória da educação feminina, por acreditar que a prática educacional é uma das principais fontes de manutenção das desigualdades de gênero ou de sua superação.

Nesse empenho, realizamos vários estudos de caso tomando como objeto os colégios considerados matrizes formadoras da mulher na Bahia, tais como: o Instituto Feminino da Bahia, O Colégio Nossa Senhora das Mercês, A Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia e a Faculdade de Filosofia, da mesma Universidade.

Com isso, acreditamos ter cercado a questão por todos os lados e, assim, ser possível, a partir da recuperação dessa memória, entender os silêncios e as falas, a que e a quem eles vêm

servindo. Intentamos com isto auxiliar na implementação de ações educativas em novas bases, onde a diferença não seja tomada como desigualdade, nem a educação seja transformada em instrumento de manutenção da mesma.

O presente livro e os demais que fazem parte da Coleção compõem essa trajetória e objetivos, porém, vão além, pois procuram abarcar a educação feminina na Bahia no presente século, após já termos estudado instituições educacionais voltadas para a educação feminina, termos mapeado o seu cotidiano, suas formas de disciplinamento e de poder e o tipo de mulher que elas produziram, volta-se agora para a figura da educadora, visando conhecer seu ideal educativo, sua consciência pedagógica, suas representações sociais.

Quase todas representam um modelo de educação tradicional, centrado na figura do educador e solidamente fundamentado em valores morais inspirados na religião católica, onde a educadora tinha como papel servir a Deus e transmitir valores e ensinamentos religiosos. Algumas registraram suas idéias e convicções sobre a educação em artigos e livros, como Amélia Rodrigues, Maria Luiza de Souza Alves e Leda Jesuíno, mas todas elas os praticaram com determinação e suas marcas são indeléveis nas pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com elas na condição de alunas, colegas de trabalho ou colaboradoras.

Quanto ao sexo feminino, acreditavam que sua natureza era feita de amor, amor incondicional, amor materno. Não colocavam limites entre a mulher e a mãe, tão intrincada era a relação que elas estabeleciam entre as duas. A imagem da mulher mãe

traçada por quase todas se distancia do ser humano e se aproxima de entidades divinas. As expressões usadas por algumas delas para defini-la são esclarecedoras: “figura radiosa”, “bendita”, “sublime”, “sacrificada”.

O estudo sobre essas e outras educadoras que continuam na mente de muitas pessoas, mas se perdendo na poeira do tempo, há muito se fazia necessário. Através delas desvendamos muito da nossa história, em especial da história da educação baiana e brasileira, sem contar que elas são matrizes da formação de gerações e gerações e segredam muito do que fomos e somos.

Notas

¹ No momento, estamos apresentando ao público 06 deles, os dois restantes sobre as educadoras Maria Luiza de Souza Alves e Irmã Querubina estão em fase final de redação.

² Como foram muitos, uma vez que ingressaram na pesquisa um número significativo, pois fazia parte da política do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) capacitar novos pesquisadores; e participaram do trabalho em momentos distintos, preferimos não nomeá-los a fim de não cometer injustiças.

Perfil biográfico da educadora

*Não nasci para
vítima, nem
carpideira.*

*Henriqueta M.
Catharino*

Henriqueta Martins Catharino nasceu no dia 12 de dezembro de 1886, na cidade de Feira de Santana, e faleceu a 21 de junho de 1969, na cidade de Salvador. Filha do português Bernardo Martins Catharino, oriundo da cidade de Santo André de Poiares, e de Úrsula Costa Martins Catharino, de tradicional família feirense. Em 1981, quando tinha cinco anos de idade, a família transferiu-se da cidade e veio para Salvador, onde se estabeleceu.

Começou a ser educada em casa, às vistas da mãe, como convinha a filhas de famílias abastadas, na época. Recebia aulas de conhecimento geral, de princípios morais, assim como de línguas estrangeiras, música e pintura. Para dar-lhe uma educação primorosa, a família contou com os serviços da professora Cândida Campos de Carvalho, escolhida pessoalmente por Dona Úrsula, por ser uma mulher de rígida formação religiosa. Para completar os ensinamentos da professora Cândida, contaram com a professora alemã

Fraulein Louise Von Schiller, que ministrava aulas de alemão, inglês e francês, e com os professores Maria Elina Valente, Sílvio Deolino Fróes e Vieira de Campos. Os dois primeiros, responsáveis pelo ensino de piano, e o último pelo ensino de desenho e pintura.

Essa formação, aparentemente completa, ainda era reforçada pelas contínuas viagens à Europa, onde tinha oportunidade de conhecer elementos de outras culturas, bem como fortalecer os conhecimentos aqui adquiridos.

Personalidade forte e benevolente

A personalidade de Henriqueta é descrita pelos que a conheceram, de forma ambígua, onde convivem elogios e críticas, amor e medo, benevolência e rigidez. Como registrou um representante do Instituto de Música, em sua homenagem póstuma: “[...] recordemos agora, em termos amistosos, a figura austera e acessível, rígida e bondosa, intransigente e compreensiva daquela mulher que não media esforços quando se tratava de atender aos que necessitavam do seu apoio.”

Apesar desse misto de virtudes e defeitos, se é que podemos chamar assim, as marcas mais divulgadas da sua personalidade relacionam-se com: bondade, abnegação, coragem e modéstia. A bondade foi registrada por todos aqueles que, de alguma forma, se aproximaram dela. Não há quem, nesse sentido, não possua um depoimento a ser feito. Começam pela constatação do seu desprendimento ao colocar os seus bens pessoais, a sua

tranquilidade e o seu conforto de lado a fim de socorrer o semelhante. O palestrante do Instituto de Música referiu-se a essa qualidade ao afirmar:

[...] Como que orientada pelas santas palavras do pobrezinho de Assis, Henriqueta dava, amava, compreendia e perdoava... lá estava ela cuidando de seu mister de educadora, sempre firme, impoluta, jovem de porte e de espírito, atendendo a todos e a todos dando o seu apoio [...].

A abnegação também é tida como uma de suas qualidades, a qual pode ser traduzida pelo que foi publicado no Jornal *A Tarde*, do dia 27 de julho de 1969:

[...] ainda jovem escolheu como modelo Santa Tereza do Menino Jesus, aquela carmelita que prometeu 'gastar o seu céu, fazendo chover sobre a terra pétalas de rosa' Dona Henriqueta Catharino não esperou sua entrada gloriosa no seio dos bem aventurados, mas fez chover, símile modo, sobre a terra baiana, as pétalas vivas da caridade, que atingem a pobres e ricos.

Essa qualidade foi reconhecida durante toda a sua existência, conforme fazem ver discursos e depoimentos de ex-professores, ex-alunas e personalidades, nos mais diversos momentos. Em 1927, numa conferência, Carmem Mesquita, assim se referiu a ela:

[...] figura entre os nomes ornados de uma auréola de trabalho e santidade [...] [...] uma senhora católica baiana a Exma. Sra. D. Henriqueta Martins Catharino, senhora que vem empregando os seus dons de espírito e os bens de fortuna, para dotar o nosso meio de um 'Instituto Católico Feminino' segundo as necessidades do progresso atual [...].

Além das qualidades apresentadas, a educadora Henriqueta Catharino era considerada: forte, firme e modesta. Na homilia da missa em comemoração aos cinquenta anos do Instituto Feminino, D. Avelar Brandão Vilela – Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil – assim a descreveu: “[...] em meio dessa história, um coração de mulher, aquela mulher forte de que nos fala a Bíblia Sagrada, no centro dos acontecimentos, aquela senhora destemida [...].” Do mesmo modo se referiu a ela na “oração por um dia feliz”, em seis de outubro de 1972: “[...] caráter forte, capacidade de liderança [...].”

Os documentos comprovam que este caráter forte fez com que ela se mantivesse firme até nos momentos considerados mais difíceis de sua vida, como aconteceu no período em que a Prefeitura da Cidade do Salvador, em nome do progresso e do crescimento, retirou parte da área do Instituto Feminino, atingindo a praça de esportes e o monumento em homenagem na Santa Terezinha – por ela tão queridos. Mesmo diante da dor e da tristeza, rebateu dizendo: “Não entravo o progresso da Bahia [...]”, e sem queixar-se, reafirmou sua firmeza de caráter, com a seguinte frase: “Não nasci para vítima nem para carpideira [...].” Longe de sentar-se e chorar as mágoas, ela as rebatia com trabalho e com garra.

Mas, de todas as suas qualidades, a discrição parece ter sido a mais forte. Fazia parte de sua maneira de ser: “fazer o milagre sem dizer o santo”. Desse modo, todos os socorros, todas as censuras feitos por ela aconteciam de forma sigilosa e discreta. Se uma aluna fosse agraciada com uma bolsa de estudos, ela era tratada sem preconceitos e sem ressalvas, de forma que jamais

se sentisse diminuída diante das demais. Se uma moça fosse socorrida com outro tipo de ajuda, como de roupas ou material escolar, isso se dava sem alarde, sem registro público, de forma que jamais se conheciam as pessoas beneficiadas.¹

A postura discreta de D. Henriqueta é fartamente demonstrada tanto por quem a conheceu, quanto através de depoimentos registrados em jornais e outros documentos. Uma ex-professora do Instituto assim se referiu ao assunto: “Ela sabia da vida de todos que trabalhavam lá. No caso de qualquer coisa errada, ela chamava a pessoa e conversava sem que ninguém soubesse [...]”. O jornal *A Tarde*, no dia 27 de julho de 1969, também registrou essa qualidade ao afirmar; “[...] a pobreza envergonhada recebia de suas mãos [...] a ajuda discreta e conseqüente para todas as necessidades [...]”.

Dona Henriqueta, como era chamada, tinha algumas preocupações bastante peculiares. Uma delas era com o tipo de pobreza que ela adjetivava de “envergonhada” e que consistia no pobre que já havia sido rico ou remediado e, por um revés da sorte, teria perdido tal situação. A ela, D. Henriqueta destinava um cuidado especial e a socorria com redobrado sigilo a fim de que as pessoas em tal situação não se sentissem constrangidas na sociedade. As moças que estivessem atravessando essa situação e, por consequência, sem condições de se vestirem como antes, recebiam trajes que vinham de senhores da sociedade de boas condições econômicas, que passavam por reformas, na sala de costuras da Bethânia, a fim de dar-lhes um aspecto novo e adequado à nova dona. Outro sistema consistia em armazenar todas as doações – vestidos,

sapatos, etc. em armários, de onde as interessadas escolhiam os objetos que necessitavam e registravam a retirada destes, sem declinar o seu nome. Deste modo, nem mesmo o Instituto ficava sabendo o destino de tais objetos.

Além de discreta, dizem que Dona Henriqueta era bastante modesta. Ela não gostava de ser elogiada nem de publicidade. Como prova disso, dois fatos servem para ilustrar: proibiu que as alunas formandas do Instituto feminino a escolhessem como paraninfa, patrona ou outra representação que servisse para homenageá-la. A outra situação refere-se a uma homenagem que lhe foi feita pela Standart Oil Company of Brazil, à qual ela não compareceu, tendo conferido a uma amiga o papel de representá-la.

A modéstia era apresentada também na sua forma de viver, de se conduzir. Os documentos indicam que ela vestia-se sobriamente, sempre de preto, mas com bom gosto. Não usava jóias e trazia como adereço apenas uma fita de veludo preta, presa em volta do pescoço. Fazia as refeições no restaurante da Instituição, juntamente com as pensionistas.

Por conta da personalidade forte e do zelo com que cuidava da sua obra educacional e caritativa, também recebia muitas críticas, principalmente, era considerada autoritária e exigente. Como afirmou Pedro Calmon, em um artigo publicado no dia 1º de julho de 1969, no jornal *A Tarde*: “O Instituto foi para ela a clausura, a penitência, o santuário [...]”

De fato, ela possuía o controle total sobre a instituição; desde o que se passava dentro de uma sala de aula, até o que ocorresse com suas alunas no bonde. Para isso mantinha uma rede de

funcionários e auxiliares capaz de atualizá-la. Como relatou uma antiga funcionária da escola: “[...] nós ficávamos na sala de aula como auxiliar da disciplina e, deste modo, além de ajudar o professor no que fosse necessário, vigiava tudo o que acontecia e passávamos as informações para ela [...].”

Outra situação ilustrativa desse controle foi relatada por uma ex-professora: “[...] quando estávamos todos em sala, só víamos aquela sombrinha passar; era ela fiscalizando [...].”

Uma ex-aluna entrevistada, além de demonstrar a vigilância exercida por Dona Henriqueta sobre o comportamento de suas alunas, falou do seu alcance:

[...] parecia que ela tinha observadores em toda a parte. Se a gente passasse em frente a um cinema com intenção de entrar ou se encontrasse com um rapaz pelo caminho, ela ficava sabendo na hora. Quando menos se esperava, já tinha alguém para nos reconduzir ao Instituto.

Esse excesso de controle ou de zelo traduzia-se em regras rígidas de conduta para suas alunas, seus professores e suas pensionistas. Das primeiras exigia rigor no fardamento, moderação no comportamento dentro e fora da escola, acatamento às ordens do diretor, vice-diretor etc. Dos professores, exigia-se conduta ilibada e uma atitude respeitosa para com suas alunas, seus colegas e dirigentes. Com as pensionistas, as regras estendiam-se desde o horário de visitas – das 9 às 21h, no vestíbulo de entrada – até as saídas. Deste modo, determinavam: “O Pensionato São José não se destina à vida social das pensionistas, não admitindo saídas para boates, bailes, clubes, passeios tardios e pernoites fora da pensão.”

Indiscutivelmente, essa era uma postura rígida e que não agradava a todos, mas era aceita e até elogiada pela maioria. Muitos são os registros que ilustram essa aceitação. Por exemplo, no Jornal *A Tarde* do dia 27 de julho de 1969, Napoleão Lopes Filho afirmou: “[...] o que nos move à admiração e nos dá a palavra certa do elogio, nunca completo, é o tom de modéstia, de virtude oculta e prudente que revestia todos os seus atos [...].”

Também as ex-alunas, que mais de perto conviveram com a educadora e vivenciaram sua forma de ser e de agir, têm de Dona Henriqueta as melhores lembranças e a mais grata consideração. A narrativa de uma das ex-alunas entrevistadas é esclarecedora: “[...] personalidade marcante, extrema religiosidade, espírito dirigido à formação das jovens, abnegada à sua obra.”

A certeza da sua boa intenção fica patente ainda quando verificamos que o rigor e a disciplina exigidos eram uma marca da sua força de vontade, do seu destemor e da ideia fixa de realizar o que havia sonhado. Tanto assim que ela mesma vivia esse rigor no cumprimento dos horários estabelecidos para a sua vida, dos hábitos que cultivava e da coerência que demonstrou até a morte.

Diz-se que sua vida foi movida pela disciplina: tomava café às oito horas, almoçava as doze e jantava as dezoito e trinta, impreterivelmente. Ocupava sempre a mesma mesa no restaurante, de onde podia observar todo o movimento do colégio. No que se refere ao paladar, apreciava o chá, o refresco e a banana cheia.

Do ponto de vista estético e ético, se portava como as educadoras daquele momento: vestia-se com sobriedade, evitava chamar a atenção e receber elogios. Um artigo do historiador Pedro Calmon, publicado no jornal *A Tarde*, no dia 1º de julho de 1969, sintetiza: “[...] aquela senhora sempre de preto, inviolável de modéstia, insensível às pompas e aos elogios, escondia nas suas atividades como abelha ao seu favo, era uma prodigiosa mestra do patriotismo [...].”

Sua postura física também expressava a distinção, a força de vontade e a educação esmerada que recebeu. Não fazia nem admitia que a mulher deixasse o corpo pender sobre uma mesa; colocar as mãos na cintura ou se escorar em uma parede. Conforme aprendeu e ensinou a tantas gerações, comportou-se. Como lembrou uma antiga companheira da Bethânia: “Durante anos ela manteve-se esbelta e lépida. Toda ‘espigadinha’, nunca se viu nela um gesto de cansaço ou desalinho. Sua voz era clara e convincente, sua força e determinação eram marcantes.”

Morrer sem dar trabalho

Até no momento da morte a determinação de Dona Henriqueta vigorou. Ela dizia sempre que não esperaria a morte deitada, que ela a encontraria acordada e trabalhando. Confirmando essa vontade, a idade ia chegando e Henriqueta não fraquejava. Ao lado das atribuições diárias, providenciava tudo para não deixar nada pendente, nem dar trabalho a outras pessoas. Como demonstra o depoimento de uma colaboradora:

[...] com a maior naturalidade, há anos referia-se à sua morte. Organizada como era, tudo preparou, designou, ordenou, para após-morte. Chegando até mesmo a pagar o caixão e preencher o atestado de óbito, deixando ao médico apenas o trabalho de registrar a *causa mortis* e assiná-lo.

Faleceu aos 83 anos de idade, no dia 21 de junho de 1969, no Hospital Português, em Salvador, totalmente lúcida e como desejava. Conforme o depoimento de uma senhora cooperadora²:

Na manhã do dia 21 de junho de 1969, levantou-se e queixou-se a Dona Olindina de falta de ar. Assim que melhorou, arrumou-se e foi à missa de Dona Orádia Sebetto, na Igreja da Vitória. Lá chegando, sentiu-se pior e voltou ao Instituto, onde, minutos após, tinha a seu lado o sobrinho-neto – Dr. Fernando –, que a assistiu. Levada ao Hospital Português, faleceu em seguida, às 20h e 30m, vítima de um edema pulmonar.

O corpo foi levado diretamente para a Capela do Cemitério do Campo Santo, conforme ela havia determinado, onde foi velado. O Suplemento do jornal *A Tarde* do dia 27 de novembro de 1976 registrou que ela queria com isso que o Instituto Feminino não fosse palco do seu fim e sim da sua vida e da sua prática. “[...] em vida manifestou o desejo de não ficar no Instituto para que não pairasse nenhuma sombra de tristeza na casa que criou com tanto amor [...].”

Ela queria que o Instituto guardasse dela apenas as boas lembranças, a sua luta, o seu trabalho, a sua alegria. A morte, a tristeza, o sofrimento, não deveriam encontrar espaço naquele recinto de amor e esperança.

Os documentos e os depoimentos comprovam que a sua morte e o seu sepultamento aconteceram como ela planejou. Não houve doença prolongada e trabalhosa – situação que ela temia. “[...] partiu doce e serenamente, rápido, sem dar trabalho aos amigos.”³

Quanto ao sepultamento, ela havia decidido que deveria ser simples, sem gastos desnecessários, sem pompas, nem velório cansativo. Também nisso foi feita a sua vontade. O jornal *A Tarde*, ao registrar o acontecimento, no dia 23 de junho de 1969, assim o descreveu: “[...] sem flores e sem convite para o enterro, como em vida recomendara, foi sepultada, na tarde de sábado, a fundadora do Instituto Feminino da Bahia, D. Henriqueta Catharino [...].”

Entretanto, se em tudo lhe fizeram os desejos, não foi possível evitar que a comoção tomasse conta das suas alunas, seus professores, colaboradores, enfim, do povo da Bahia. Todos compareceram para agradecer-lhe e dar-lhe o último adeus: “[...] e a consternação visível em cada uma das pessoas traduziu, com suficiente eloquência, a admiração e a estima que a comunidade baiana mantinha por essa mulher que foi um raro exemplo de dedicação completa a um ideal.”

Enfim, como relatou à época o historiador Pedro Calmon: “Henriqueta administrou a morte como administrou sua vida, seu tempo, sua obra [...].”

Notas

- ¹ Nisto ela seguia piamente o Evangelho de S. Mateus quando este ensinava, no cap.6, vers. 31: “[...] quando der esmola, não saiba a tua esquerda o que faz a tua direita, para que a tua esmola fique em segredo [...].”
- ² Senhora da sociedade que ajudava o Instituto.
- ³ Documento datilografado encontrado no Arquivo do Instituto Feminino da Bahia (IFB).

Os objetivos que moveram a sua vida

*Tudo fazer para a
maior glória de
Deus.*

*Henriqueta M.
Catharino*

Conforme afirmou seu sobrinho, por ocasião do centenário de seu nascimento, Henriqueta trazia consigo um ideal de ajuda ao próximo, de doação e de louvor a Deus, o qual aflorou em decorrência de alguns acontecimentos:

[...] penso que sua obra e a sua idéia fixa social começaram e nasceram com ela, mas inegavelmente, três acontecimentos de sua vida a transformaram em ação: a doença, seguida da cegueira de ‘vovó Úrsula’[...] [...] sua morte e a perda do noivo ‘Ernesto’ – Ernest Richard Heinerwald – na Suíça, em 1919.

Entretanto, muito antes do falecimento do noivo, ela já havia iniciado o seu trabalho social e educativo através de uma atividade que ela chamava de “Propaganda de boas leituras”, que consistia em divulgar e estimular jovens e senhoras da sociedade a lerem obras, consideradas por ela e por um grupo de companheiras, como salutares e proveitosas. Com esse intento, ela colocava à disposição das

interessadas sua biblioteca particular e, orientada pelo Cônego Ápio Silva e pelo padre jesuíta Camilo Torrend, ia adquirindo novos títulos, renovando continuamente o seu acervo a fim de melhor cumprir as suas finalidades.

Ao lado dessa atividade, criou as “tardes de costuras”, em sua própria residência. Ali se reuniam senhoras e senhoritas para executarem trabalhos de agulhas, crochê e *tricot*, os quais eram doados a pessoas carentes.

Já nesse momento, o ideal de sua vida achava-se delineado: trabalhar para a maior glória de Deus; o que se configurou, segundo Marieta Alves, numa luta em favor do próximo, em especial, da mulher:

[...] sua preocupação foi trabalhar para maior glória de Deus e da Pátria [...] possibilitando às jovens, sobretudo àquelas que não lograram a ventura de encontrar na mãe a orientação adequada e no pai as possibilidades financeiras, que não encontraram instrução sólida e educação moral, cívica e social à altura da elevada missão da mulher no mundo. (ALVES, 1940)

Ela acreditava que era chegado o momento de pensar no sexo feminino, de prepará-lo para que pudesse assumir novos papéis na sociedade, e que isso só seria possível através da educação e do apostolado.

Proposta de educação feminina e suas ramificações

Previendo o desfecho do seu noivado, Monsenhor Flaviano Osório Pimentel convidou a jovem Henriqueta para auxiliá-lo

na catequese de pessoas adultas. Essa parceria serviu para que ambos amadurecessem os ideais de realização de um trabalho social e educativo. A iniciativa de ambos deu lugar à criação da *Obra de proteção à moça que trabalha*; organizada a partir de uma biblioteca, uma agência de trabalhos manuais e outra de empregos.

A Casa São Vicente, como foi batizada, situava-se na Praça 15 de Novembro, no Antigo Terreiro de Jesus, e além dos serviços acima referidos, possuía também um restaurante e uma pensão para mulheres, visando facilitar a vida daquelas que, residindo fora de Salvador, precisassem de um lugar “moralmente sadio” na capital, a fim de que pudessem estudar e trabalhar. Ali abrigavam estudantes, funcionárias públicas, professoras, bem como mulheres que precisassem vir a Salvador desacompanhadas.

Na década de 20 do século passado, existia na cidade uma única escola comercial, situada na Piedade, e que funcionava no horário noturno. Sabendo que aquele era considerado um horário desaconselhável para mulheres estudarem, pois além da sociedade, os pais não permitiriam que suas filhas ficassem fora de caso no horário noturno, Dona Henriqueta, ao lado do Monsenhor Osório Pimentel, fundou, no dia 8 de dezembro de 1923, a Escola Comercial Feminina.

A escola era, para eles, uma forma de proporcionar à mulher formação profissional e moral mais consistente, capaz de proporcionar-lhe condições de garantir a sua própria subsistência. A preocupação maior era com as moças solteiras, para que elas não se vissem obrigadas ao casamento, se não o

desejassem, nem a viverem à custa de parentes ou por meios indignos.

A criação de uma escola comercial e não de formação de professoras, como era o comum, deve-se ao fato de que o país e o Estado da Bahia viviam um período de mudanças que possibilitavam novas expectativas ao sexo feminino, incluindo as de caráter profissional. Por outro lado, as próprias mulheres começavam a reivindicar novas oportunidades de estudo e de formação profissional que lhes possibilitassem ingresso no mercado de trabalho. Sensível a esse momento e buscando responder a esses anseios femininos, Dona Henriqueta tomou uma decisão pioneira e corajosa para o estado da Bahia.

Ao lado da Escola Comercial, funcionavam cursos de curta duração e com finalidades profissionais diferentes como: Datilografia, Estenografia, *Harmonium*, Francês e Inglês. Estes recebiam uma clientela que precisava inserir-se rapidamente no mercado de trabalho ou pessoas que buscavam uma complementação na formação já iniciada.

Em abril do mesmo ano, ela já havia criado, na Avenida Sete de Setembro, o *Atelier* São José, especializado na confecção de “lingerie fina” e vestidos da mesma estirpe. Tinha à sua frente modistas renomadas como a parisiense Marcelle Héloin. O atelier empregava cerca de 30 moças e oferecia-lhes, além de um salário, alimentação, aulas de religião e uma cooperativa. Essa alternativa de trabalho visava atender mulheres que não possuíam afinidades com o trabalho burocrático, especialmente em bancos e repartições públicas. A iniciativa foi recebida com ressalvas pela sociedade baiana, que estava acostumada a pagar

quantias aviltantes às costureiras, pois via nela uma inovação perigosa e inadmissível.

Em 1924, com a morte da mãe – Dona Ursula Catharino – Henriqueta herdou um imóvel na Praça da Piedade, para onde transferiu a Casa São Vicente. Nessa época, com a herança recebida, a obra ganhou novo vulto e novos serviços, como a Beneficência Santa Úrsula. Esse setor tinha como finalidade prestar assistência médica e odontológica ao sexo feminino, oferecer ajuda educacional, alimentícia e de viagens a pessoas carentes, dentre outros serviços.

Criação da Fundação Instituto Feminino da Bahia e seu compromisso com a moral cristã

Com o crescimento da obra, o espaço da Piedade tornou-se pequeno, fazendo com que, em março de 1928, a Escola Comercial e suas várias seções mudassem para a Avenida Sete de Setembro, n. 215, nas imediações do antigo Rosário. Em 21 de março de 1929, a escola foi oficializada pelo governo e passou a chamar-se Instituto Feminino da Bahia (IFB). Em 27 de junho do mesmo ano, o Governo Estadual, tendo a sua frente Vital Soares, declarou o Instituto Feminino como órgão de utilidade pública, através da Lei 2.176. Em 1950, já instalado em sua nova sede, localizada na Rua Monsenhor Flaviano Osório Pimentel, n.2, transformou-se em Fundação Instituto Feminino da Bahia.

O crescimento e projeção que a obra conquistava eram notórios e decorriam da forma séria, comprometida e respeitosa com que ela ia se construindo. Em tudo estava a marca da

seriedade, do empenho e da dedicação. A sociedade acompanhava essa caminhada e respondia, positivamente, a ela. Concursos de datilografia eram assistidos por autoridades, jornalistas e pessoas da sociedade; formaturas aconteciam em clima de euforia e reconhecimento; tardes de chá eram realizadas com a participação da “fina flor da sociedade baiana”; exposições eram montadas e recebidas com sucesso.

Na execução das suas atividades, principalmente dos cursos formais de Contabilidade, Ginásial e Secretariado – os mais importantes – ao lado do grande rigor pedagógico e metodológico, a Instituição não se descuidava do objetivo de “[...] tudo fazer para a maior glória de Deus.” Assim, os cursos eram perpassados de ensinamentos e de atividades religiosas, como missas, procissões, retiros espirituais e orientados por princípios da moral cristã.

Explicitamente, a Instituição, através dos seus cursos formais, visava proporcionar a formação integral de suas alunas, onde pudessem ser contemplados todos os aspectos do ser humano; entretanto, na prática, prevalecia a formação moral inspirada na Religião Católica. O que podia ser deduzido a partir da “[...] seleção da sua clientela, da postura de suas alunas dentro e fora da Instituição, dos hábitos desenvolvidos e da forma de expressá-los.” (PASSOS, 1993, p. 53)

A educação formal ali ministrada, essencialmente, estava comprometida com a formação religiosa e devia “[...] servir como um elemento ordenador da razão, capaz de dirigir as paixões e possibilitar a formação de hábitos moralmente salutareis [...]” (PASSOS, 1993, p. 60) Fiel à orientação católica,

a obra educacional de Henriqueta partia do princípio de que a educação devia atingir os indivíduos de forma mais duradoura, o que só seria possível através de uma formação moral. Assim, a educação ministrada buscava inculcar nas alunas, os princípios de conduta em consonância com as diretrizes da sociedade e a Lei Natural, ou seja, aquela estabelecida por Deus. Buscava imprimir nos indivíduos, no caso, as mulheres, um tipo de conduta que favorecesse o “bom” relacionamento com o próximo, com o ambiente e com Deus. O verdadeiro modelo a ser seguido era o ensinado e exemplificado por Jesus Cristo.

O ideal dessa educação consistia na posse da virtude, a qual, para ser conseguida, exigia: autocontrole, perseverança e até autonegação. O autocontrole era ensinado com rigor e cobrado com decisão. Suas alunas deviam orientar as suas vidas pela moderação, pela simplicidade e pelo recato. Para isso, o Instituto possuía mecanismos de controle que variavam de uma vigilância perfeita, formas de coerção e punição até o convencimento.

A autonegação consubstanciava-se na disposição em servir, na abnegação, na renúncia dos projetos e sonhos pessoais em prol da realização do outro, principalmente do marido e dos filhos. O contrário seria entendido como desvio e erro moral.

A fim de formar “mulheres moralmente fortes”, o IFB empenhava-se na formação de hábitos, na orientação do pensamento e na condução das ações. O que, para ele, dependia de uma inteligência bem formada, fruto de uma educação apropriada e competente. A sabedoria estava em desenvolver traços de caráter – justiça, fidelidade, patriotismo etc. – a partir de princípios e valores imutáveis.

Com tal entendimento, a educação moral-religiosa ministrada nos cursos do Instituto Feminino não se caracterizava como complemento da formação intelectual; ao contrário, ela era base da sua proposta educativa e o resultado de uma prática constante que buscava fortalecer a vontade contra as “fraquezas e as indignações do mal”.

Apesar do forte compromisso com a formação moral e religiosa, a educação que o Instituto realizava também tinha como objetivo preparar as mulheres que tivessem necessidade de trabalhar, como vimos anteriormente. Para isso, o IFB se propunha a: “[...] facilitar o aperfeiçoamento nos conhecimentos científicos, literários, artísticos, e assim preparar-se para buscar, pelo trabalho, os meios de sua sustentação [...].”¹

Assim, ao lado da formação moral religiosa, o Instituto visava profissionalizar o sexo feminino, especialmente as mulheres que necessitassem trabalhar, pois a sua fundadora entendia que este seria o caminho para que a mulher pudesse ser respeitada e ter uma vida digna. Como atestou uma antiga colaboradora e amiga de Dona Henriqueta: “[...] a preocupação dela era com a moça solteira, para que ela, pelo trabalho, pudesse ter uma vida digna, ter sua independência acompanhada de um bom procedimento [...].”

Evidencia-se o forte componente moral que a sua ação educativa e caritativa segredava; todavia, ela não nega que se tratava de uma ação avançada para a época, ainda que estivesse amarrada a padrões de comportamento moral tradicional.

eminentemente masculina naquele momento, atesta isso, conforme veremos em momento oportuno.

Em síntese, os objetivos educacionais traçados por Henriqueta para o sexo feminino consubstancializaram-se em uma vasta obra, endereçada a três setores: cultural, de economia doméstica e assistência social. O primeiro abrangia: uma biblioteca, com aproximadamente 22 mil volumes, incluindo livros, revistas e jornais nacionais e estrangeiros. Funcionava em sistema semi-aberto, servindo tanto às alunas da casa como às pessoas da sociedade. Esse setor compreendia, ainda, os Museus de Arte Antiga e de Cultura Popular, a Escola Técnica de Comércio Feminina e o Ginásio Feminino da Bahia, com cerca de 400 alunas, uma Escola de Datilografia e diversos outros cursos de formação profissional.

O segundo setor, identificado como o de Economia Doméstica, abrangia a Pensão São José e o restaurante para mulheres, com um movimento significativo de pensionistas e diaristas. O restaurante servia às residentes da Pensão e pessoas que estivessem hospedadas provisoriamente. Também era utilizado para eventos sociais de caráter filantrópico, como campanhas em favor da criança ou em benefício da juventude católica, assim como diversos tipos de congraçamentos de cunho religioso.

Por último, o setor de Assistência Social, que visava atender não apenas as pessoas ligadas ao Instituto, mas a todas aquelas que procurassem sua ajuda. Faziam parte dele: a Casa de Férias Santa Terezinha, a Agência de Colocações, a Agência de Trabalhos, a Bethânia e o Círculo da Amizade.

A fé como determinante da ação da educadora

Sem dúvida, a transmissão de valores religiosos e a formação do caráter feminino eram os principais objetivos de Henriqueta e do seu trabalho. As narrativas dos entrevistados confirmam a fé inabalável da educadora, a ponto de quando cumprimentada por alguém, ao perguntarem como ela estava passando, respondia com convicção: “Muito bem com o meu Jesus [...]”. Do mesmo modo, quando os parentes, preocupados com a grandiosidade da sua obra e o imenso trabalho e preocupação que ela acarretava, faziam algum tipo de ponderação, ela rebatia com tranquilidade: “Jesus Nosso senhor é meu [...]”.

A fé inabalável em Deus movia o seu coração e dava-lhe inspiração para a luta. Ao lado disso, o apoio econômico e espiritual recebido da família fazia com que ela pudesse alçar grandes voos em prol da causa do outro, especialmente das mulheres e das pessoas carentes.

As atividades, nesse sentido, multiplicavam-se e diversificavam-se. Como dissemos, amparavam pessoas com menos recursos econômicos; jovens de famílias em situação de falência, doação de remédios, consultas médicas, roupas, alimentos, bolsas de estudo e de viagem; ajuda a mães carentes pela doação de “enxovais do berço”.

As bolsas oferecidas eram denominadas: Bolsa Santa Terezinha, que visava socorrer moças carentes e era mantida pelo próprio Instituto Feminino; Bolsa Cardeal D. Leme, voltada para o auxílio a jovens seminaristas e mantida pelo comendador Bernardo Catharino; Bolsa Coração Eucarístico e

Bolsa São Francisco de Sales, que visavam promover a cultura, propagar a “boa leitura” e eram mantidas pela Instituição. Destacam-se pela importância que era concedida pela educadora e para sua obra, as Bolsas Monsenhor Flaviano e Bethânia, que tinham por fim prestar ajuda nas áreas de viagem, saúde e cultura, sendo que a última – a Bolsa Bethânia – visava ainda auxiliar as jovens, fornecendo-lhes vestimentas, calçados, alimentos e remédios.

De modo geral, a Instituição ainda buscava apoiar toda e qualquer iniciativa de cunho religioso inspirada no Catolicismo. Todavia, o foco do seu interesse era o sexo feminino a quem, além de oferecer formação para o trabalho e educação esmerada, proporcionava serviços pioneiros de amparo à saúde da mulher e colocação daquelas de camada trabalhadora no mercado de trabalho.

A preocupação com a saúde, principalmente, das mulheres, levou a educadora, através de sua obra, a criar a Casa Santa Úrsula, no bairro de Brotas, que se propunha a amparar as moças acometidas de afecções pulmonares. Henriqueta a definia como “[...] uma casa de repouso para moças fracas [...]”, e deveria funcionar, também, como uma instituição de prevenção à chamada “peste branca”. A pedra fundamental da obra foi lançada no ano de 1934, entretanto, a iniciativa não logrou êxito, pois se deparou com uma forte reação dos moradores do local, bem como de setores da sociedade que via nela apenas uma obra para “as mocinhas” do IFB e não um serviço destinado à sociedade como um todo. Diante da polêmica, a obra foi vendida à Fundação Anti-Tuberculose Santa Terezinha, que ali instalou um hospital de atendimento infantil.

Diante da impossibilidade de abrir a Casa Santa Úrsula, D. Henriqueta investiu na construção de uma ala na Casa de Férias Santa Terezinha, em Itaparica, que já funcionava desde 1925, com a finalidade de proporcionar lazer e descanso a jovens e senhoras que não dispusessem de condições para viajar, de forma a servir ao mesmo fim proposto pela Casa de Repouso Santa Úrsula, sem prejuízo para as funções que vinha desempenhando. Assim, criaram-se condições para o repouso que a doença exigia e o socorro que as moças precisavam naquele momento.

Na base de tudo encontrava-se o sentimento da educadora e benfeitora de estar cumprindo o seu papel de cristã, contribuindo com a Igreja Católica na formação de mulheres “moralmente fortes” e de conduta irrepreensível, sob esse mesmo ponto de vista. Através da ajuda material, da caridade, pretendia atingir as almas.

Esses serviços/doações eram da alçada da Beneficência Santa Úrsula, que tinha como objetivo trabalhar pelos pobres e pelas Obras dos Tabernáculos e buscava cumprir o mandamento de Deus de “[...] amar ao próximo como a ti mesmo [...].”

A Bethânia, criada em outubro de 1927, funcionava como órgão financeiro da Beneficência Santa Úrsula e apoiava-se no trabalho voluntário de mulheres da sociedade baiana, que doavam algumas horas semanalmente – às quartas-feiras, das 14 às 17 horas – com o fim de servir a Deus e aos pobres, como elas definiam: “[...] à porção eleita do Senhor [...].”

Esses serviços não eram prestados aleatoriamente. Como sua finalidade era explícita: ajudar ao próximo tendo em vista servir a Deus, eram concedidos em situações que favorecessem

o cumprimento de tal objetivo. Desse modo, os “enxovais do berço” só eram doados a mães casadas no religioso e seguia a essa oferta orientações cristãs para a vida das beneficiárias e do recém-nascido, como, por exemplo, a necessidade de batizá-lo conforme indicava a religião católica.

O auxílio às jovens, também trazia algumas condições, como: querer trilhar o caminho do bem, ou seja, ganhar a vida com trabalho, com seriedade e honestidade, pautando-se pelas leis que regiam uma vida feminina correta. A concessão de bolsas, além de seguir essa mesma orientação, ainda estava condicionada a algum tipo de retorno concreto que se poderia dar como engajamento da bolsista nas obras sociais ali desenvolvidas.

O apoio a eventos e iniciativas como o Movimento Familiar Cristão e tantos outros, tinha o firme propósito de divulgar e fortalecer a religião católica. Uma passagem da ata da reunião da Diretoria do IFB, realizada no dia 13 de outubro de 1953, registra essa disposição do Instituto: “[...] no dia 25 de setembro realizou-se, no IFB, uma reunião da Obra das Vocações sacerdotais [...]”. Também o jornal *A Tarde* do dia 19 de outubro de 1941 ilustra esse empenho ao registrar mais uma atividade de caráter católico, realizada nas dependências do Instituto: “[...] conforme havíamos anunciado, realizou-se no domingo passado, nas salas do IFB, o chá-concerto, promovido pelo grupo paroquial da Vitória, em auxílio à construção do ‘Salão Pio’.”

Para firmar o compromisso do Instituto Feminino da Bahia, obra de Henriqueta, com a causa religiosa, decidiu-se que o mesmo jamais seria aberto a atividades leigas; suas dependências só seriam cedidas para fins de caráter religioso católico. Essa

decisão foi registrada na ata do dia 14 de novembro de 1946: “[...] o IFB cedeu, excepcionalmente, o salão de festas para a sessão comemorativa do dia do funcionário público, ficando então firmado pela Diretoria não mais ceder o salão senão para atividades de Ação Católica [...].”

Com essa determinação e visando facilitar a prática dos sacramentos da religião católica, o Instituto socorria igrejas sem recursos através da ajuda material para a recuperação das suas instalações físicas; também confeccionando ou recuperando indumentárias utilizadas nos altares e pelos padres. Além disso, reformava ou confeccionava grinaldas e roupas de casamentos, batizados e primeira comunhão. O trabalho de confecção e reformas era realizado pelas voluntárias que faziam parte da Bethânia.

Notas

¹ Estatuto do Instituto Feminino da Bahia (IFB), artigo 2º.

O feminismo cristão praticado e ensinado no IFB

[...] auxiliar a jovem que desejar realizar o ideal cristão de mulher moralmente forte [...].¹

Por volta dos anos 20 do século passado, o país vivia um surto de ideias transformistas, facilitando que alguns segmentos sociais, até então alijados do processo político e produtivo, como as mulheres, pudessem lutar por novas oportunidades no plano político, social e econômico, chegando a fundar, em 1992, a Federação pelo Progresso Feminino.

Em alguns estados, como na Bahia, o movimento retardou-se um pouco, só sendo possível uma década depois, devido a fatores peculiares à cultura local, como a rígida relação de dominação existente entre homem e mulher e o conservadorismo exacerbado da sociedade baiana.

A educação ministrada ao sexo feminino era insuficiente, voltada, quase que exclusivamente, para atividades básicas de ler e contar, necessárias ao cumprimento das funções de mãe e esposa. No campo profissional, as atividades eram raras e quase sempre ligadas a funções domésticas como o ensino, a indústria

de vestimentas e chapalaria, com algumas incursões nas letras, na medicina e na odontologia.

Esse contexto só era alterado pela existência de um movimento feminista, que congregava mulheres da elite em torno da filial baiana da Federação. Esse grupo de mulheres fugia um pouco à situação existente ao colocar em pauta questões de ordem social e política, a exemplo do direito de votar do sexo feminino. Entretanto, o movimento era frágil, pois reduzido a uma minoria que, por sua vez, achava-se comprometida por uma formação moral e religiosa, tornando-o bastante conservador.

É neste clima de ambiguidade e indefinição que Henriqueta Catharino surge com uma proposta de ajuda e emancipação feminina. Como descreveu Hildegardes Viana, no jornal *A Tarde* do dia 17 de novembro de 1986, ao falar do clima de mudanças pós-guerra existente no país e na Bahia, e dos ideais de uma moça de família rica – Henriqueta: “[...] para a moça, existia muita coisa que merecia ser modificada. A aceitação da mulher que precisasse ganhar o seu próprio sustento, sem que fosse olhada como uma espécie de aberração [...].”

A proposta de profissionalização feminina sugerida por Henriqueta caracterizava-se como uma resposta aos anseios do sexo feminino, bem como uma reação à situação de sujeição da mulher. Como afirmou o seu sobrinho, em um artigo publicado no jornal *A Tarde* [19—], ela possuía uma “ideia fixa social” em:

[...] apoiar mulheres desde que dispostas a trabalhar. Sem preconceito algum. Sem feminismo colorido e piegas. Não por caridade, nem por filantropia, mas para lhes assegurar o direito ao trabalho e de viverem livres e dignamente. Independentes, libertas da necessidade. Capazes de construir suas próprias vidas ou reconstruírem.

Esse era, sem dúvida, um propósito fadado a grandes reações sociais, desde quando representava, teoricamente, alterações profundas nas relações sociais, de produção e na própria estrutura da sociedade.

Contudo, sua situação social, aliada a uma condição econômica satisfatória e a fé inabalável em Deus fizeram com que ela enfrentasse as adversidades e saísse vitoriosa. Assim, começou preocupando-se com as mulheres menos favorecidas economicamente. A estas, que precisavam de socorro imediato, ofereceu as possibilidades de uma preparação profissional rápida através de cursos de datilografia, estenografia e corte e costura, a fim de que pudessem, pelo trabalho, se sustentar. Para facilitar a concretização desse objetivo, criou uma Agência de Colocações, que tinha como função ajudar as jovens a encontrarem emprego. Desse modo, encaminhava-as, após a realização dos devidos cursos, aos bancos, casas comerciais e repartições públicas, dando a esses órgãos o aval da Instituição, o que muito ajudava na colocação das candidatas.

Pensou também naquelas que, mesmo precisando trabalhar, não podiam ausentar-se de casa, ou porque os cuidados com os filhos eram necessários, ou porque os maridos as impediam, e criou uma Agência de Trabalhos, que servia para expor e

comercializar os trabalhos manuais executados por elas, sem nada cobrar-lhes pelo serviço prestado.

A preocupação maior de Dona Henriqueta era que “[...] a mulher fosse respeitada, que ela não se submetesse tanto [...].”²

Como Nísia Floresta, no século XIX³, acreditava Henriqueta que a sujeição das mulheres aos homens acontecia principalmente por elas não terem acesso a uma boa educação e, diante desse entendimento, fundou uma Escola Técnica em Contabilidade. O pioneirismo dela, nesse particular, é inegável. Numa época em que a mulher devia “reinar” no espaço interno, ocupar-se apenas das tarefas domésticas, quando muito, das salas de aula infantis, ela investiu numa formação essencialmente masculina, naquele tempo.

Essa atividade foi desenvolvida de maneira firme e competente a ponto de, em pouco tempo, a obra figurar como uma instituição modelar. Os depoimentos da época comprovam isso: “[...] IFB é, realmente, digno dos aplausos de quantos, o visitando, tem podido apreciar não só o rigor pedagógico [...] como a organização interna do serviço [...].” (A TARDE, [19–]) O *Diário da Bahia* também falou dessa competência ao noticiar no dia 06 de outubro de 1944, nas comemorações do 21º aniversário de fundação do Instituto: “Constituiu em acontecimento de significativo relevo social a passagem, ontem, do 21º aniversário do IFB. Nos seus salões estiveram presentes altas autoridades do clero, oficiais da Marinha e da Força Aérea Brasileira.”

A acolhida e apoio recebidos da sociedade decorriam da qualidade do trabalho realizado, bem como do fato da ação

educativa e das iniciativas voltadas ao sexo feminino desenvolvidos por ele não representarem ameaças concretas à ordem social e aos papéis de gênero socialmente instituídos. Como demonstra o seguinte depoimento:

[...] O IFB vai realizando esse desideratum, sabendo considerar na sua plenitude o instinto mulhêr, conservando-lhe a vocação para o lar, embora haja de trabalhar par a par com os homens, tornando o vulgar das tarefas em um estímulo ao aprimoramento das qualidades espirituais ao invés de deixá-lo⁴ servir de instrumento para o aviltamento da mulher trabalhadora.

O pronunciamento acima demonstra com clareza as ideias de Dona Henriqueta quanto aos papéis femininos e a que o Instituto, fundado e dirigido por ela, se propunha. Quanto ao trabalho produtivo realizado pelo sexo feminino, não deveria ser a prioridade de nenhuma mulher, mas uma concessão àquelas que fossem premidas pela necessidade. Mesmo nessas situações, ele não deveria acarretar prejuízos às tarefas do lar e às “qualidades naturais” da mulher.

A preocupação em não acarretar alterações substanciais na essência feminina e nos lugares a ela reservados na sociedade foi confirmada por uma antiga cooperadora, ao falar sobre os temas que eram escolhidos, que eram tratados nas palestras que aconteciam no Instituto, nas reuniões do Círculo Social de Estudos⁵, nas manhãs de domingo, ou em outras ocasiões em que se fizessem possíveis: “[...] ela escolhia temas atuais onde a pessoa pudesse localizar a mulher, como ela deveria ser, na época em que estávamos a atravessando. Aproveitando suas qualidades femininas, seus dotes de inteligência, sem ser feministas.”

A narrativa da mesma entrevistada demonstra que a educadora e benfeitora Henriqueta Martins Catharino não se propunha a fomentar nem proporcionar alterações de hábitos e funções sociais, que representassem igualdade entre homens e mulheres. “A preocupação dela era com a moça solteira. Para que ela pudesse se desenvolver e sobreviver sem ter que recorrer ao casamento, se não quisesse se casar, ou a outras coisas que não fossem sua inteligência e sua profissão [...].”

E conclui: “[...] em toda a conversa que tínhamos, ela sempre externava sua posição em defesa da situação da mulher na sociedade, isto é, que a mulher devia guardar seu padrão feminino, respeitando sempre as leis que regiam uma vida feminina correta.”

Esse tipo de feminismo conservador, proposto por Henriqueta e exercitado através de sua obra, era louvado pela sociedade baiana da época que, certamente, via nele uma resposta às questões emergentes acerca dos anseios de mudança próprios do momento e às reivindicações que a categoria feminina encampava, entretanto, não representava mudanças essenciais na condição feminina nem ameaças aos valores sociais hegemônicos.

Os meios de comunicação não poupavam elogios às iniciativas do Instituto Feminino, ao tempo em que se juntava a ele para fortalecer o perfil feminino que era conveniente à sociedade do momento. O jornal *Diário da Bahia*, do dia 24 de janeiro de 1945, veiculou uma matéria sobre o Instituto Feminino, intitulada: *Onde se pratica o verdadeiro feminismo* e, referindo-se à política de valorização do trabalhador, executada pelo Presidente

Getúlio Vargas e suas conseqüentes transformações no plano social, mostrou como o IFB estava acompanhando essa marcha ao preparar mulheres para ocupar novos espaços na sociedade. Vejamos como o assunto foi tratado:

[...] O Instituto Feminino vem conseguindo realizar no campo do preparo e da defesa da mulher baiana, no seu adestramento para exercer, com dignidade e capacidade, as tarefas árduas da luta pela existência, sem detrimento a delicadeza do seu físico, nem sua integridade moral, tudo que se pode apreciar naquele verdadeiro centro de encorajamento de personalidades femininas, criando no espírito das jovens uma consciência sadia de seus direitos e de seus deveres sociais [...].

Concluindo o entendimento acerca do trabalho de formação feminina desenvolvido no Instituto, afirma a matéria do aludido *Diário* que aquela instituição tinha como objetivo: “[...] preparar a mulher para continuar fiel ao seu destino ainda que afastada do ambiente que lhe é próprio [...].”

As duas últimas citações confirmam claramente que a proposta da Instituição comandada pela educadora Henriqueta Catharino para o sexo feminino não propunha alterações profundas na situação da mulher. Ao contrário, ela queria que, moral e socialmente, as mulheres continuassem as mesmas. A novidade consistia em incentivá-las a ocupar um espaço produtivo, quando necessário, com dignidade, o que significava não se sujeitar economicamente aos outros, especialmente que elas mantivessem uma conduta moral irrepreensível.

No que se refere à preocupação em preparar a mulher para conseguir ganhar o seu próprio sustento, parece que não existem dúvidas, fartos são os indicativos desse empenho, como divulgou

o jornal *Diário de Notícias*, em 1969⁶, ao falar dos objetivos almeçados por Henriqueta, com a criação do IFB: “[...] quisera, fundando este estabelecimento, construir um centro de formação e preparação profissional para moças [...]”. O mesmo jornal já havia testemunhado esse empenho 44 anos antes, em 1925, através de um artigo intitulado: *É um estabelecimento útil*. Nele, ao noticiar a colação de grau da primeira turma da Escola Comercial, descreveu o que motivou a mentora da Instituição a dedicar sua vida e seus recursos econômicos à causa da educação e formação profissional femininas:

[...] um dia, o coração da mulher baiana enchendo de amor e proteção pelas moças solteiras desamparadas, fundou este benemérito estabelecimento que é a Casa São Vicente de Paulo. Vai já três anos que ali se pratica a missão sagrada de se pastorear ovelhas que se poderiam degenerar, prendendo-as ao aprisco útil e honesto trabalho.

A documentação existente confirma, largamente, que o trabalho feminino deveria consistir em uma alternativa para que a mulher não precisasse viver de favores, nem se submeter a uma situação aviltante. Contudo, ele não se caracterizava como um processo de conscientização, que levasse a uma verdadeira mudança e oportunizasse uma nova condição ao sexo feminino. A proposta não consistia em emancipar a mulher economicamente, nem equipará-la ao homem; mas torná-la capaz de se sustentar, em situações onde não pudesse contar com o provimento do pai ou do marido. O que não pressupunha mudar as suas características, nem libertá-la dos seus tradicionais papéis.

[...] inspirados no ideal cristão de educar e instruir a mocidade feminina e de amparar a mulher na luta pela vida [...] a instrução que previne e o amparo que salva foram as primeiras preocupações da fundadora dessa primeira obra de assistência social católica à mulher da sociedade da Bahia.

O feminismo ali praticado, apesar de representar um avanço na causa feminina, pois era o possível no momento, só pode ser entendido como assistencialista e conservador, pois essencialmente consistia de doações e auxílios, perpassados por convicções religiosas e disciplinamento moral. Como demonstramos anteriormente, eram muitos os serviços prestados nesse sentido. Também os documentos internos da Instituição – Regimentos e Estatutos – bem como os depoimentos a respeito dos seus objetivos, demonstram esse caráter assistencialista. A própria educadora deu testemunho disto. Pro exemplo, em 1939, fez a seguinte declaração: “Desejando dotar a Bahia de uma obra de assistência social católica, lancei mão dos bens materiais que Deus me deu largamente [...]”.⁷

Como se pode perceber, o Instituto se identificava muito mais com uma “obra de assistência social católica”, do que como um centro de preparação profissional. Sua função primeira consistia em doar, socorrer e amparar as mulheres menos favorecidas. Nesse propósito, até o preparo para ao exercício de uma atividade remunerada consistia em uma forma de doação.

Quanto à educação formal ministrada às jovens do sexo feminino que não estavam premidas pela necessidade material,

os objetivos explícitos eram os mesmos, entretanto, os verdadeiros objetivos encontravam-se subjacentes: formar mulheres moralmente fortes. O que significava: retas, do ponto de vista moral; convictas, no sentido da crença religiosa; doadoras, a ponto de abrirem mão dos seus possíveis desejos e projetos, em prol da realização dos outros, especialmente do marido e dos filhos.

Para melhor sintetizar esse feminismo, aproveitamo-nos de conteúdo do discurso proferido pelo professor Antonio Osmar Gomes, no dia 3 de junho de 1948, na Legião Brasileira de Assistência. Naquela ocasião, o mesmo afirmou que o feminismo desenvolvido no Instituto “[...] era um feminismo cristão de amor ao próximo, especificado na figura da mulher [...].” Também esclareceu o que era do conhecimento de todos, quanto ao que pretendia a educadora Henriqueta à frente da sua obra educacional e filantrópica:

[...] procurava aperfeiçoar a juventude feminina, dentro dos eternos princípios da moral cristã e dos preceitos da Religião Católica, de modo a tornar a mulher, sempre mais forte moralmente e melhor aparelhada para enfrentar o contraste da vida, sem quebra de sua dignidade, sempre visando a maior glória de Deus.

Com isso, ele reafirmou, sinteticamente, o que já havíamos demonstrado anteriormente: o empenho do Instituto com a formação do caráter feminino e com a propagação dos princípios cristãos.

Em outro trecho do discurso, o professor demonstra que o compromisso com a questão feminina não incluía alterações na sua situação social e na relação de poder existentes, algo que

[...] Trabalha-se aqui, sob um prisma social, por um verdadeiro 'Feminismo', sem as deturpações maliciosas e perversas que a este vocábulo, hoje em dia, estão dando os que se acham entregues à obra satânica de subversão da ordem cristã, estabelecida para a destruição da família, da sociedade e da Pátria.

Diante da preocupação com o que ele chama de “[...] deturpações maliciosas [...]” e “[...] subversão da ordem cristã [...]”, procura definir o “verdadeiro feminismo”, aquele que deveria ser praticado, e em delinear as características do seu contrário, a fim de que pudesse ser evitado. Assim, ele se refere:

[...] com efeito, há na mulher moderna, cada vez mais acentuado, um desejo de não ser mais considerada simplesmente ‘um satélite do homem’. É a esse desejo, é a esse anseio, já se tornado fato social em si, que se chama Feminismo. Designação feliz, não resta dúvida, porque significa um procedimento que o desenvolvimento que a mulher aspira não pode e não deve ser senão feminino.

O referido professor não era contrário ao exercício desse tipo de feminismo, pois como assegura, ele respondia aos anseios femininos naquele momento e não causava problemas à ordem social estabelecida, uma vez que não representava: “[...] alterações na natureza humana, pois assegura as diferenças entre os sexos [...], permitindo que a mulher realize mais plenamente sua humanidade e sua feminilidade [...].”

Existe uma preocupação de base permeando todo o pronunciamento, que consiste em não promover alterações profundas na condição da mulher, nem na estrutura social. Tudo seria possível desde que a situação de homens e mulheres na sociedade fosse mantida, por exemplo, sem sonhos e propostas de igualdade.

A hierarquia de gênero deveria ser preservada. Se o momento histórico permitia que algumas mulheres vislumbrassem a igualdade com o sexo masculino, fazia-se necessário encontrar formas para responder a essas reivindicações. Assim, era mais seguro que as alternativas fossem pensadas, elaboradas e apresentadas a quem as reivindicava do que deixar que as próprias mulheres as elaborassem. Era preciso evitar o feminismo revolucionário, como faz ver o mesmo professor:

Infelizmente, ao lado deste feminismo bem compreendido, se desenvolveu um falso feminismo, equívoco que consiste [...] em reivindicar para a mulher o direito de ser homem, o qual tem sido aproveitado e explorado por certos movimentos totalitários para atingir os seus objetivos subversivos.

Ao classificar o feminismo em dois tipos e apresentar seu ponto de vista sobre cada um deles, incluindo seus medos e preconceitos, evidenciou a opção do IFB: “É este o programa do IFB, no muito que já realizou e ainda terá que realizar, é o programa de não deixar que a mulher perca a verdadeira e única força que a torna forte para combater e vencer neste mundo – a força do espírito.”

Para ele, o verdadeiro feminismo, aquele que faria a mulher realizar a sua vocação de forma consciente e digna, precisaria estar alicerçado na fé, no amor a Deus e aos homens. Como foi formalizado:

[...] é preciso que o amor, o verdadeiro amor, este nobre sentimento que tem feito tantos mártires e santos, lhe impulse as ações, e é

preciso, ainda, que os eternos princípios de uma sã moral, a eterna moral cristã, impregnem de beleza e de pureza todos os atos de sua vida.

Está assim posto o que pretendia e o que realizava o IFB em favor do sexo feminino. Certamente, esse não é o feminismo que os movimentos atuais acreditam e praticam. Contudo, foi o possível naquele momento e cumpriu a sua finalidade. A sociedade baiana muito teve a agradecer a quem o promoveu, conforme veremos a seguir.

Notas

¹ Um dos objetivos do Instituto Feminino da Bahia.

² Depoimento de uma companheira da Bethânia.

³ Nísia Floresta, em Direitos da mulher e injustiça dos homens, afirma que “[...] o essencial da sujeição decorre do impedimento das mulheres terem boa educação. Homens e mulheres são diferentes no corpo, mas isso não significa diferença na ‘alma’ [...] as mulheres foram envolvidas em uma rede: não lhes dão educação, pois elas não desempenham tarefas no espaço público, e elas não as desempenham, pois não são educadas. Daí o círculo que só será rompido pela educação.”

⁴ Parecer de um visitante, registrado no Livro de visitas em 1940.

⁵ Atividade cultural que acontecia mensalmente e reunia ex-alunas, professores e pessoas da sociedade.

⁶ Publicado em 22 e 23 de julho de 1969.

⁷ Declaração registrada na ata da reunião da Diretoria de 22/11/39, p.21.

Importância da educadora e benemérita para a sociedade baiana

*Não entravo o
progresso da
Bahia.
Henriqueta M.
Catharino*

Como vimos em passagens anteriores, Henriqueta Catharino figurava na Bahia como uma grande benemérita, pelo seu desprendimento pessoal, pela sua abnegação a uma causa e pelo seu pioneirismo.

Pioneirismo e atuação social

O jornal *A Tarde* mais uma vez afirmou esse fato quando, no ano de 1973¹, por ocasião da passagem do cinquentenário de fundação do Instituto, registrou: “[...] a vida inteira D. Henriqueta preocupou-se com o destino da mulher e o seu preparo ideal para a sua perfeita integração na comunidade.” Mais adiante, o artigo demonstra o maior mérito dessa causa: “[...] ela queria que as moças trabalhassem para não depender de ninguém. Tinha especial atenção com a dignidade da mulher [...].”

Aí se encontra o seu maior mérito e o seu pioneirismo: oferecer formação profissional ao sexo feminino; ao lado de outras atitudes

consideradas ímpares naquele momento, como a oferta de um curso de Contabilidade ao sexo feminino, quando as mulheres destinavam-se aos cursos de formação de professora primária, quando muito. Acresce-se a isso sua luta em favor do voto feminino, a campanha contra a tuberculose e o incentivo à educação física feminina.

Alguns fatos podem ilustrar. Quanto ao voto feminino, ela desenvolveu uma campanha, a ponto de instalar, no ano de 1933, um posto de alistamento eleitoral nas dependências do Instituto, conforme noticiaram alguns veículos de comunicação de massa à época. O jornal *O Imparcial*, no dia 12 de março de 1933, trouxe o seguinte comunicado: “O IFB abriu uma secção para alistamento eleitoral na sua sede, no Rosário, 215 [...]”. E conclui com a seguinte chamada: “[...] O Instituto espera que a mulher baiana saiba cumprir seu dever cívico, apresentando a qualificar-se eleitora enquanto antes [...]”. Vale ressaltar que essa atitude foi precedida de campanhas esclarecedoras acerca da importância do voto e da necessidade das mulheres não se omitirem do processo.

Outra situação que ilustra o avanço de Henriqueta para a época em que vivia foi a luta travada pela construção de um sanatório que pudesse servir como abrigo e lugar de tratamento para as moças acometidas pela tuberculose, bem como uma forma de prevenção para aquelas que se mostrassem propensas ao flagelo. Essa foi uma preocupação emergente e necessária, se considerarmos que a Bahia, por volta dos anos 1930, vivia um quadro da doença e, como afirmavam os jornais da época, não tinha condições para enfrentá-la: “[...] o problema da

tuberculose na Bahia carece de ser cuidado seriamente [...]” afirmou o jornal *A Tarde* em 25 de janeiro de 1934.

Consciente da situação do estado, Henriqueta empenhou-se em conseguir recursos para a construção de um sanatório. O local escolhido foi o Bairro de Brotas e os recursos foram angariados de muitas fontes: bazares, livros de ouro, cofres que eram instalados em casas de comércio e outros locais, doações e seus recursos próprios. A receptividade da sociedade foi total e a obra caminhava a passos largos quando a comunidade de Brotas, receosa dos perigos que aquele sanatório poderia representar, lançou uma campanha pública pela paralisação da obra. Como registrou o *Diário de Notícias*, em 01 de junho de 1934:

[...] a repulsão não é contra a nobilíssima instituição: é contra o desacerto à sua localização. Parece inverossímil [...] ele está desenhado ao centro, dentro da principal artéria permeada entre vizinhos [...] contra as razões da tranqüilidade e robustez das novas gerações, contra a pureza do seu ambiente [...].

A reação dos moradores do bairro de Brotas gerou uma polêmica social e foi motivo de inúmeros debates publicados nos jornais locais. Em todos eles, o respeito à mentora da obra e os motivos do embargo eram fartamente declinados. Nada tinham contra ela, ao contrário: louvavam sua iniciativa, reconheciam seu valor como ser humano, como educadora e como benfeitora. Também não duvidavam da importância da obra, apenas achavam que o local escolhido não tinha sido o mais adequado.

O teor de um dos artigos, escrito pelo jornalista Bandeira de Melo, que tratou do assunto (e se colocou a favor dos moradores, portanto, contrário ao andamento da obra, demonstra o respeito e o carinho que tinha por ela, mesmo para ir contra a uma ideia sua: “[...] a população de Brotas, virtuosíssima Dama, não se conformará, de forma nenhuma, com a planta dessa grande obra, no lugar onde V. Ex^a. determinara [...].” E termina: “De V. Ex^a. Servo [...].”

Como se vê, a proposta de Dona Henriqueta era pertinente e o seu valor reconhecido. Assim, mesmo diante da recusa de uma comunidade, esse mérito não foi negado e o reconhecimento da comunidade à figura que se encontrava à frente do empreendimento se manteve.

A campanha encampada por ela em favor da educação física feminina também foi pioneira e socialmente louvada. Partindo da sentença latina: *Mens sana in corpore sano*, desde 1927, o Instituto investia na conscientização dos educadores, governantes, estudantes e da comunidade em geral para que passassem a considerar o ser humano nesses dois aspectos.

No dia 05 de outubro de 1927, por ocasião do aniversário de Monsenhor Osório Pimentel, o assunto foi tratado, conforme noticiou o jornal *Diário da Bahia*:

[...] na Escola Comercial Feminina da Casa São Vicente de Paulo [...] realizou-se, às 10 horas de ontem, uma brilhante festa lítero-musical [...] onde foi ventilado o magno problema da educação física da mulher baiana, assunto que agora vem palpitando a todas as camadas sociais em cuja frente se encontra aquela benemérita instituição.

Tomando mais uma vez a dianteira em problemas emergentes, o Instituto passou a promover eventos desportivos, envolvendo outras instituições educacionais. Eram campeonatos de *volley ball*, baleado e até grandes eventos, como o “Torneio da Primavera”, que aconteceu no Estádio da Graça, no ano de 1951. Apesar de ter sido um evento promovido pela Superintendência de Educação Física, o Instituto participou ativamente, sendo o primeiro a desfilar, seguido pelo Colégio da Bahia e pelas escolas Carneiro Ribeiro e Dois de Julho, entre outros.

No plano interno, outros eventos iam sendo promovidos, envolvendo estabelecimentos educacionais e a sociedade. Em 01 de novembro de 1947, *A Tarde* publicou a seguinte notícia sobre o assunto: “O time das Sacramentinas caiu por 2x1 [...]”. Em seguida relata o que aconteceu na quadra do Instituto Normal. “Realizou-se sábado passado na quadra do Ginásio do Instituto Normal da Bahia um animado jogo de *volley ball* entre equipes do IFB e das Sacramentinas [...] a numerosa assistência que superlotou as arquibancadas delirou de entusiasmo [...]”.

O jornal *Diário de Notícias* do dia 15 de outubro de 1955 também registra a importância que o Instituto dispensou a essas atividades e a sua repercussão na sociedade ao anunciar o “Torneio Voleibolístico”, na quadra do Instituto Feminino. Diz ele: “Logo mais à tarde, na quadra do Instituto Feminino da Bahia, haverá interessante Torneio de Voleibol [...] esse torneio faz parte das comemorações do 32º aniversário de fundação deste glorioso estabelecimento de ensino [...]”.

Como se vê, Dona Henriqueta, através de sua obra, procurava

responder aos anseios emergentes de sua época e do sexo feminino, de forma a ser atual, sem provocar alterações profundas na cultura e nos valores socialmente estabelecidos. Com esse cuidado e sem deixar de cumprir os seus objetivos de servir a Deus na pessoa do outro, em especial, a mulher, ela chegava a ultrapassar a sua meta, que consistia em trabalhar em prol de mulheres consideradas honestas.

Em muitos momentos, a educadora e benemérita Henriqueta Catharino superou preconceitos e ultrapassou os limites estabelecidos para a sua obra, que consistia em socorrer mulheres consideradas honestas, apoiando aquelas que tivessem vivendo situações de abandono ou rejeição das suas famílias, devido a um comportamento considerado imoral, quase sempre relacionado à sexualidade. A acolhida acontecia de forma sigilosa, até que a situação se acalmasse e novos rumos fossem apresentados para as suas vidas. O jornal *A Tarde* de 4 de outubro de 1973 registrou essa atitude corajosa de Dona Henriqueta: “[...] para aquelas que caíssem em erro, ela mantinha um apartamento, onde as abrigava e dava assistência [...].”

Reconhecimento da sociedade

Todos esses fatores, aliados a uma personalidade forte e combativa, faziam com que ela fosse amada por muitos, endeusada por vários e respeitada por todos. Alguns registros servem para ilustrar a situação. O jornal *A Tarde*, em 25 de novembro de 1932, assim se referiu a ela e à sua obra: “Fundado tão importante Estabelecimento por uma figura feminina que a

sensata admira pela nobreza de caráter, patenteada na sua inexcelsível bondade a par de uma singeleza cativante [...]” Mais recentemente, julho de 1969, o jornal *A Semana*, através de um artigo de Carlota Xavier, intitulado *Meu tipo inesquecível*, entre outras coisas assim se refere a D. Henriqueta: “[...] sempre achei D. Henriqueta a figura admirável, a mulher respeitável que sabia dar tudo em benefício de uma coletividade. Seu nome era, sem dúvida, um exemplo a todas as famílias [...]”

Os meios de comunicação de massa da época não cessavam de veicular notícias sobre o IF e, em especial, sobre sua fundadora. As matérias se sucediam; o Jornal *A Tarde*, principal veículo de comunicação do estado, dava ampla cobertura a tudo que ali acontecia e não se cansava de demonstrar o que ele e a sociedade baiana pensavam sobre a educadora. Em mais um artigo publicado no referido jornal *A Tarde* [19—], intitulado *Uma grande dama*, os elogios à sua obra e a ela própria, são entremeados por um sentimento de veneração, conforme o trecho a seguir: “[...] o nome de Henriqueta Martins Catharino há de figurar em moldura de ouro [...]”

Reconhecimento das alunas

Ao lado desses depoimentos, vindo de pessoas da sociedade, existem outros que registram a admiração pela Henriqueta educadora e amiga. Nessa categoria, incluem-se os depoimentos de ex-alunas, ex-professoras, do Clero e de pessoas amigas. Uma ex-aluna assim se referiu a ela, em discurso proferido por ocasião do encerramento do ano letivo de 1950:

[...] uma palavra especial, agora, a esta grande educadora que tanto tem devotado à causa da educação das jovens baianas e a cujo espírito superior se deve o melhor deste Instituto [...] refiro-me à Exm^a. Sra. D. Henriqueta Martins Catharino, alma idealista e inteligência realizadora formando, com o coração benfazejo, um luminoso triângulo de virtude e grandeza feminina.

Como esse, os pronunciamentos de outras ex-alunas enaltecem tanto a pessoa de Henriqueta, quanto os seus ensinamentos. Acerca destes últimos, existia uma tendência em aceitá-los e uma disposição em reproduzi-los, conforme sugeriu uma aluna em 1954:

[...] o que o Instituto nos mostrou e continua a nos mostrar é justamente isto: nosso estudo deve ser uma preparação e uma garantia. E a garantia de que falei está firmado no espírito e no caráter do Instituto, cujas glórias a Bahia pode contar como uma das jóias mais preciosas de seu relicário cultural.

A esse entendimento, uma aluna de 1956 acresce outro ao discursar no encerramento do Curso Ginásial: “[...] às minhas queridas colegas dirijo meu veemente apelo de que jamais descuremos os ensinamentos desta casam sempre repletos dos exemplos os mais sadios [...].”

Reconhecimento do clero

O Clero, também concedia a D. Henriqueta e ao seu trabalho o mais elevado conceito, chegando a conferir-lhe, em 1953, a “Medalha Pio Excelsa ET Pontífice”, outorgada pelo Papa Pio XII, em vista aos relevantes serviços prestados por ela à Igreja.

professores e demais pessoas que conviviam com ela ou participavam das atividades por ela desenvolvidas; pela sociedade local, mas também se estendia para fora do estado.

Todos os segmentos não perdiam oportunidade de explicitá-lo publicamente. Mais um exemplo foi dado por D. Avelar Brandão Vilela, Arcebispo da Bahia, por ocasião da passagem do 49º aniversário do Instituto. No papel de porta voz da Igreja Católica, fez as seguintes considerações sobre a festa:

[...] foi uma festa impregnada de muita piedade e de grande esperança, com o tom violáceo da saudade. É que se recordou, entre outras pessoas, a figura de D. Henriqueta Catharino, uma senhora de qualidades carismáticas, inegavelmente voltada para a preocupação da juventude [...].

Ele concluiu a sua fala com o seguinte depoimento: “[...] caráter forte, capacidade de liderança, D. Henriqueta deixou uma obra que hoje é um patrimônio da cultura e da arte em nosso meio [...].”

A sociedade civil também não lhe poupou elogios e agradecimentos. Os documentos comprovam que ela recebeu gratidão e reconhecimento durante toda a sua vida e que eles prosseguiram após a sua morte.

O reconhecimento do seu papel na sociedade foi demonstrado em muitos e significativos momentos, como em 1950. Ao ser homenageada com a “Medalha de Honra ao Mérito”, pela Standart Oil Company of Brazil, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados por ela no campo da educação. Outra forma de homenagem e de reconhecimento foi feita por D. João de Orleans e Bragança, a

5 de março de 1953, conferindo-lhe a missão de guardar e zelar pelo manto de veludo verde, bordado a ouro, com o qual a Princesa Isabel prestou, perante o parlamento, compromisso de Princesa Imperial Regente, em 1871.

Outras formas de reconhecimento, por homenagem, continuaram a ser feitas ao longo dos anos. Em julho de 1969, o Governo do Estado a prestigiou dando o seu nome a um estabelecimento Educacional. Em julho do mesmo ano, o Major Cosme de Farias endereçou ao então Prefeito Antonio Carlos Magalhães documento solicitando que a artéria conhecida como “Baixa do Jardim Madalena”, localizada no distrito de Brotas, passasse a chamar-se Rua Henriqueta Martins Catharino. Também em 1976, na Semana do Folclore, a educadora foi homenageada pelos serviços prestados à cultura da Bahia, através da criação do Museu Popular do IFB.

A culminância do reconhecimento social a ela deu-se por ocasião do seu falecimento. A notícia foi veiculada, com pesar, como já demonstramos anteriormente, por todos os jornais locais e até de outros estados. O jornal *O Globo* noticiou no dia 24 de junho de 1969: “Faleceu ontem, na Bahia, a milionária Henriqueta Catharino, que dedicou quase toda a sua vida a obras de beneficência [...]”

O ângulo destacado pelo jornal *O Globo*, em relação às suas posses, nunca foi explicitamente o que motivou o destaque e reconhecimento publicamente recebidos. Mas sua obra a serviço do pobre, da mulher desamparada, das jovens de classe média e alta da sociedade. São eles que garantiram e continuam motivando que ela seja lembrada pelo povo baiano.

Sua obra vem sendo objeto de estudos acadêmicos; publicações realizadas na forma de artigos, livros, dentre outros. Em 1979, portanto, dez anos após o seu falecimento, os jornais locais lembraram a data e evidenciaram seu valor. O jornal *A Tarde*, registrou no dia 7 de julho de 1979: “Henriqueta Catharino, cujo decênio de morte ora transcorre, foi um exemplar humano de rara envergadura. Renunciando ao fausto que lhe propiciara a riqueza [...] a tudo desprezou para entregar-se por inteiro a uma obra social que hoje é o orgulho da Bahia.”

Na conclusão, o artigo reafirmou o reconhecimento da Bahia aos serviços prestados por ela, nos seguintes termos: “[...] não pode senão reconhecer que foi uma grande benemérita senhora, a quem a Bahia deve sempre curvar-se agradecida [...].”

O conceito que dela se formou como benemérita, altruísta, pioneira etc. mantivera-se, através dos tempos, inabalável. Para melhor sintetizar a repercussão do seu trabalho na sociedade, nada melhor do que o que escreveu o historiador Pedro Calmon, no jornal *A Tarde* [19—], por ocasião do cinquentenário de fundação do Instituto Feminino:

É um cinquentenário que não pode passar despercebido. A 5 de outubro de 1923,² uma ilustre senhora, um grande arcebispo e um excelente padre inauguraram a assistência à mulher [...] trabalho que procurou: instruir, conciliar, aperfeiçoar e, sobretudo, atualizar o papel da mulher na sociedade.

Diante disso, conclui o escritor: “O Instituto é, nesse particular, uma mensagem que se endereça ao mundo [...].” Esses preitos de gratidão e de reconhecimento são

compreensíveis, se levarmos em consideração que não consistia em uma atitude comum a uma moça abastada, pertencente a uma das famílias mais tradicionais da Bahia, no início do século XX, abrir mão de todo o conforto e prerrogativas que tal situação oferecia, para se dedicar a socorrer, amparar e orientar o próximo. Mas foi o que fez Henriqueta Martins Catharino.

Possuidora de uma formação religiosa sólida, acreditava que tinha uma missão divina a cumprir. Assim, investiu todos os seus recursos materiais em obras assistenciais e educativas. Sua opção recaiu sobre a mulher, principalmente a moça solteira, apesar de não excluir ninguém que dela precisasse.

Começou por “abrir-lhe os horizontes” através da indicação de livros a serem lidos, uniu-as em tardes de costura, com finalidade filantrópica, e desembocou em um trabalho de formação moral e profissional. Para tanto, criou cursos de datilografia, estenografia, corte e costura, bem como Ginásial, Secretariado e Técnico em Contabilidade. Para atender às necessidades dessas jovens em todos os setores, ofereceu-lhes hospedagem e alimentação, tudo em ambiente considerado saudável e acolhedor.

Do ponto de vista da educação formal, ofereceu às jovens de classe média e alta da sociedade baiana outra oportunidade de estudo e de formação através do Curso de Contabilidade, numa época em que ao sexo feminino era reservado apenas o Curso Normal.

64 | Não satisfeita com o alcance da sua obra, desenvolveu atividades de amparo à saúde feminina, através da assistência

médica e odontológica, chegando a desenvolver grande campanha pela construção de um sanatório que deveria acolher jovens acometidas pela tuberculose ou propensas a ela, numa clara demonstração de que se encontrava envolvida com a causa feminina em todos os aspectos e sensível às necessidades do momento.

Prestou um significativo serviço ao sexo e à educação feminina na Bahia, por várias décadas, através de uma postura feminista, a que consideramos como especial, pois, baseado na fé e no amor e sem grandes modificações em sua posição social. Pretendia que a mulher acompanhasse as mudanças do novo tempo, deixando de ser simples “satélite do homem”, sem com isso querer ser igual a ele. Era preciso que se desenvolvesse um “feminismo bem compreendido”, sem subversão da ordem cristã estabelecida. Assim, visava “aperfeiçoar” a (na juventude feminina, dentro dos eternos princípios da moral cristã. Outro elemento que caracterizou esse feminismo foi a preocupação em não promover “alterações na natureza humana” e assegurar sempre “as diferenças entre sexos”, de forma a não provocar a “destruição da família”.

Existia uma preocupação em conservar, na essência, a situação feminina. As alterações permitidas consistiam em melhorar a posição da mulher, fazendo-a menos submissa, desde quando capaz de se automanter. Entretanto, não proporcionava modificações substanciais nas relações sociais e de poder estabelecidas naquele momento.

Desenvolveu-se ali um tipo de feminismo assistencialista, baseado na doação e na ajuda. Entretanto, se este não foi o tipo

de feminismo a que os movimentos atuais concedem esse termo, foi o possível à época e cumpriu a sua finalidade, conforme atesta a própria sociedade baiana.

Notas

¹ Publicado em 04 de outubro de 1973.

² Na verdade, o Instituto foi fundado em 8 de dezembro de 1923, contudo, por ser 5 de outubro o dia de aniversário do Monsenhor Flaviano Osório Pimental, passou-se a considerar a data como aniversário da instituição.

Referências

- ALVES, Marieta. Henriqueta Martins Catharino: sua vida e sua obra. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, Salvador, n. 18, 1940.
- FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Cortez, 1989. v.3 (Coleção Biblioteca da Educação, Série 3).
- GOMES, Antonio Osmar. *Discurso proferido na legião brasileira de assistência*. 3 jun.1948, p. 27.
- ONDE se pratica o verdadeiro feminismo. *Diário da Bahia*, 24 jan. 1945.
- PASSOS, Elizete. *Mulheres moralmente fortes*. Salvador: Gráfica Santa Helena, 1993.
- XAVIER, Carlota. Meu tipo inesquecível. *A Semana*, 1969, p.20.

Este livro foi publicado no formato 140x170 mm

Miolo em papel 75 g/m²

Impressão de capa e acabamento: ESB Serviços Gráficos

Tiragem: 300 exemplares

Dados sobre a autora

Elizete Passos é professora universitária, pesquisadora e escritora. Licenciada em Filosofia, mestra e doutora em Educação, há muitos anos vem pesquisando sobre a educação feminina na Bahia e orientando teses e dissertações sobre o assunto. Acerca da temática tem vários livros e artigos, destacando-se os seguintes livros: *O Feminismo de Henriqueta Martins Catharino*, *Mulheres Moralmente Fortes*, *De Anjos a Mulheres*, *A Educação das Virgens e Palcos e Platéias*.

ISBN 978-85-232-0726-7



9 788523 207267